



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Mistificação, Fetichismo e Método em Marx</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Rodrigo Delpupo Monfardini<sup>1</sup></b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O objetivo é dar indicações a respeito da importância e da gênese do que Marx chama de “mistificação do modo de produção capitalista”, processo que, como será argumentado, tem como base o “fetichismo da mercadoria”. Uma das hipóteses a serem defendidas é que esse processo é condição de existência da sociedade vigente na medida em que categorias mistificadas são necessárias para colocar em ação os indivíduos no processo de produção. Além disso, por tornar objetivamente opacas as estruturas sociais ora postas, a “mistificação do modo de produção capitalista” torna necessária tanto uma análise científica do presente modo de produção como a elaboração de um método de investigação condizente com essa característica da sociedade.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Mistificação; fetichismo da mercadoria; método			
ABSTRACT			
The aim of this article is to give indications about the importance and the genesis of what Marx called “mystification of capitalist mode of production”, a process that, as will be argued, is based on “fetishism of commodities”. One hypothesis to be defended is that this process is a condition to modern society existence because mystified categories are necessary to put the individuals in action in production process. Moreover, by making obscure the current social structures, the “mystification of capitalist mode of production” makes necessary both a scientific analysis of current mode of production as the elaboration of a method of inquiry consistent with that characteristic of society.			
KEYWORDS			
Mystification; fetishism of commodities; method			

### Introdução

Na seção VII do Livro III de *O Capital*, intitulada *Os Rendimentos e Suas Fontes*, é recorrente a expressão “mistificação” para designar os processos por meio dos quais as categorias se apresentam aos agentes no processo de produção de modo a esconder os seus nexos essenciais. Mas apesar de o tema da mistificação se apresentar de maneira mais recorrente apenas nessa seção do Livro III, Marx dá indicações de que esse processo tem sua gênese no caráter fetichista da mercadoria, descrito já no início do Livro I.

O objetivo neste trabalho é dar indicações a respeito da importância e da gênese do que Marx chama de “mistificação do modo de produção capitalista” (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 279), processo que tem duas implicações essenciais: (i) é condição de existência dessa sociedade, na

---

<sup>1</sup> Doutorando em economia da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa Teoria Social e Crítica Ontológica (UFF). E-mail: rodrigodelpupo@gmail.com

medida em que categorias mistificadas são necessárias para colocar em ação os indivíduos no processo de produção; e (ii) torna objetivamente opacas as estruturas sociais vigentes, levando à necessidade de uma análise científica do modo de produção capitalista.

Com o objetivo de identificar a gênese da mistificação e apontar alguns desdobramentos importantes desse processo, o artigo será dividido em quatro partes. Na primeira serão feitos alguns apontamentos a respeito da noção de essência e aparência em Marx, o que será importante para separar os aspectos *objetivos* do processo de mistificação dos aspectos *subjetivos* gerados pelos agentes no processo de produção. Na segunda será tratada a mistificação propriamente dita, onde o objetivo é dar algumas indicações para uma explicação desse processo. A terceira seção tratará do fetichismo da mercadoria, que é apontado pelo próprio Marx como a base do processo de mistificação. Ali o objetivo será fazer alguns apontamentos a respeito do que seria essa ponte entre o início do Livro I e a última seção do Livro III. Já na quarta e última seção o objetivo será fazer algumas indicações a respeito dos procedimentos que Marx adota para conseguir compreender uma sociedade na qual as categorias fundamentais se apresentam de modo a esconder a sua própria essência.

## **1. Considerações sobre essência e aparência e o papel da subjetividade na reprodução das estruturas sociais**

Antes de tratarmos do papel da subjetividade nas noções de fetichismo e mistificação, é importante deixar claro o que entendemos por relação entre aparência e essência. Grosso modo a aparência é entendida, como buscaremos fundamentar melhor mais a frente, como a forma de manifestação de determinado objeto, forma que pode ou não o revelá-lo de imediato. Nesse sentido, devem-se fazer três considerações. Primeiro, como a existência dos objetos da natureza independe de uma forma de manifestação compatível com sua essência, essa diferença entre essência e aparência se aplica tanto ao mundo social quanto ao mundo natural. Só para citar dois exemplos: nem a água precisa manifestar de imediato sua composição química e nem o vulcanismo precisa revelar de imediato suas causas. Não é por acaso que Marx afirma, quando critica a mera sistematização, por parte da Economia Vulgar, das concepções econômicas cotidianas, baseadas na mera aparência do processo de produção, que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente. (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 271)<sup>2</sup>” Aplicando esse raciocínio

---

<sup>2</sup> Citaremos extensivamente os três livros de *O Capital*, o que pode gerar confusão na hora de identificar a qual livro a citação se refere. Para facilitar a consulta, logo após indicarmos autor e data citaremos também o livro e o tomo de onde a citação foi tirada, o que evitará as constantes consultas à seção de “referências”. Quando o mesmo livro e tomo for citado mais de uma vez e em sequência, colocaremos “*ibid*” na referência apenas para autor e data, mantendo a indicação do livro e do tomo.

para os nossos dois exemplos acima, é essa não-necessária coincidência entre aparência e essência que fez emergir, respectivamente, as ciências da química e da geologia.

Sobre isso é importante destacar que, pelo menos no que diz respeito ao mundo natural, não há na natureza dos objetos do mundo a necessidade de manifestação de qualquer tipo para que a sua existência seja assegurada. Em outros termos, a existência dos objetos do mundo está assegurada independentemente de eles se manifestarem ou não, e independentemente de se manifestarem de forma a apresentar claramente o que são, sua essência.

Em segundo lugar, como há uma não-necessária coincidência entre aparência e essência, a aparência não é necessariamente enganosa; se ela o é ou não, depende do objeto colocado sob análise. E, em terceiro lugar, se a aparência de determinado objeto for enganosa, esse caráter falso da forma de manifestação tem base o próprio objeto, não havendo necessidade de erro do observador para que se consume enquanto tal. Em outras palavras, a falsa aparência não é uma questão de erro na apreensão *subjetiva*, mas forma *objetiva* de manifestação que decorre necessariamente da própria natureza do objeto.

Explicitado que a diferença entre aparência e essência vale tanto para o mundo social quanto para o natural, que a aparência não é necessariamente enganosa para qualquer objeto e que a falsa aparência tem uma base objetiva, desceremos no nível de análise para tratar, primeiro, da especificidade que a dicotomia entre aparência e essência gera no mundo social em específico para, então, tratar do processo de mistificação da origem da riqueza.

Na sociedade, a dicotomia entre essência e aparência tem uma implicação específica. Se com relação aos fenômenos da natureza em geral uma apreensão equivocada não implica nenhuma modificação da natureza em si, o mesmo não se pode dizer da sociedade: tendo como pressuposto de sua reprodução o agir finalístico dos indivíduos, e sendo esses agires guiados por uma determinada apreensão da realidade, o mundo social tem como pressuposto uma compreensão do mundo por parte dos indivíduos que os movimenta na direção de reproduzir aquelas determinadas estruturas sociais<sup>3</sup>. O movimento da Terra em relação ao Sol é o mesmo independentemente de as pessoas acreditarem que a Terra gira em torno do Sol ou que o Sol gira em torno da Terra. Mas a existência *social* de Deus, por exemplo, independentemente de sua existência em outro plano, é pressuposto da prática religiosa. Esse último exemplo, bastante famoso, é do próprio Marx:

‘O que eu represento realmente (*realiter*) é uma representação real para mim’, atua sobre mim; e, nesse sentido, *todos os deuses* – pagãos ou cristãos –

---

<sup>3</sup> Esse caráter de interdependência entre as práticas dos indivíduos e a reprodução das estruturas sociais é bem trabalhado por Bhaskar (1998). Faremos outras referências a esse autor mais à frente.

possuíram uma existência real. O antigo Moloch não exerceu uma dominação? O Apoio délfico não era uma potência real na vida dos gregos? [...] Se alguém acredita possuir 100 táleres, se essa não é para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se ele acredita nela, então os 100 táleres imaginados têm para ele o mesmo valor de 100 táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse seu dado imaginário, o qual terá uma *ação efetiva: foi assim, de resto, que toda a humanidade contraiu dívidas contando com seus deuses.* (MARX, *apud* LUKÁCS, 1979, p. 13)

Na interpretação de Lukács, Marx busca deixar claro nessa passagem que determinada ideia que influencie o agir dos indivíduos, mesmo sendo falsa, possui efetividade social e, portanto, tem uma determinada forma real de existência, não podendo ser descartada como mero erro de compreensão do mundo. A partir disso, pode-se afirmar que se a apreensão do mundo por parte dos indivíduos tem reflexos sobre a sua prática e, por conseguinte, essas ideias têm a capacidade de criar determinadas formas de ser, pode-se afirmar também que a falsa aparência de dado objeto social faz com que os indivíduos se portem perante o mesmo de modo diferente do que fariam caso estivessem diante da própria essência do objeto; e, dado que a existência dos objetos sociais depende do agir dos indivíduos, pode-se dizer que a compreensão falsa do objeto retroage sobre o mesmo de alguma forma. Em suma, pode-se dizer que existe uma relação de interdependência entre objetos sociais e a compreensão que se tem deles.

Saindo do campo da religião e voltando para o campo da crítica da economia política, o que pretendemos sustentar é que a relação interdependente entre essência e aparência dos objetos sociais está no cerne das noções de fetichismo e de mistificação. Apenas para citar um exemplo referente ao nosso tema, a mais-valia se apresenta sob formas *mistificadas*, como o lucro. E não poderia ser diferente, pois se a mesma se apresentasse tal como é, como trabalho não-pago, a sua base de existência não estaria assegurada. Em outras palavras, o lucro é uma das formas *necessárias* de manifestação da mais-valia: não só o lucro (aparência) depende da mais-valia (essência) para existir, sendo verdadeiro também o oposto, isto é, a mais-valia (essência) depende, para existir, de uma forma dissimulada de manifestação. Para citar outro exemplo, podemos comentar também a forma salário: o salário é visto como o pagamento pelo dia de trabalho e tem que se apresentar como tal. Numa realidade em que as trocas são trocas de equivalente, deve estar na cabeça dos trabalhadores a ideia de que recebem o equivalente pela mercadoria que fornecem. Desse modo, a categoria valor da força de trabalho só existe se existe a forma fenomênica salário, isto é, só é possível se pagar o necessário à reprodução da força de trabalho se esse pagamento se apresenta como o equivalente do trabalho fornecido. Em suma, lucro e salário não são apenas formas dissimulas de manifestação da mais-valia e do valor da força de trabalho; são também suas formas *necessárias*. Lucro e salário dependem, para existir, da existência da mais-valia e do valor da força de trabalho; mas o oposto também é verdadeiro: a mais-valia e o valor da força de trabalho

dependem da existência de lucro e salário. É essa relação interdependente entre falsas ideias e estruturas sociais que parece ser a base da ideia de mistificação e fetichismo presente em *O Capital*.

Em suma, enquanto a existência dos objetos do mundo natural não tem como pressuposto formas falsas de aparência, sendo a aparência uma manifestação acidental desses dados objetos, no mundo social as formas falsas de aparência sempre guardam relação com determinadas estruturas sociais. O caráter *necessário* das falsas ideias advém de uma relação interdependente entre as ideias e as estruturas sociais que elas representam: as ideias só existem se existem as estruturas, mas o oposto também é verdadeiro. Nos termos do *Realismo Crítico*<sup>4</sup>, o mundo natural apresenta uma relação entre essência e aparência que é *assimétrica*, pois a aparência depende de uma essência que a gere, ao passo que a essência independe de suas formas de manifestação; o mundo social, por outro lado, apresenta uma relação entre essência e aparência que é *simétrica*, visto que existe uma interdependência existencial e uma dupla direção de causalidade entre os dois.

Feitas essas considerações a respeito da relação entre essência e aparência no mundo social, podemos finalmente partir para a análise do papel da aparência e da subjetividade no *fetichismo da mercadoria* e no processo de *mistificação* da origem da riqueza. Começaremos, na próxima seção, pela análise do fetichismo e de sua relação com a contradição entre valor e valor de uso.

## **2. Sobre a mistificação do modo de produção capitalista**

A *mistificação*, tal como tratada por Marx, indica tanto algo *misterioso*, no sentido do incompreendido, como algo *místico*, o que envolve um elemento religioso. É nesse sentido que ele fala do caráter místico de ouro e prata (ibid., Livro I, Tomo I, p. 80), do caráter misterioso da mercadoria (ibid., p. 94) e da mistificação do modo de produção capitalista (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 279).

Mas, tal como o par dialético essência/aparência, a mistificação afeta não só o mundo social, mas também o mundo natural. Isso ocorre visto que (i) também no mundo natural a aparência não manifesta necessariamente a sua essência, o que pode conferir-lhe um caráter *misterioso*, bem como (ii) a incompreensão de uma essência desconhecida, que apesar disso exerce efeitos sobre os indivíduos, pode fazer os indivíduos revestirem-na de um caráter *místico*, levando àquilo que se chama de mistificação. Na passagem seguinte, por exemplo, Marx aponta os motivos da mistificação, nas sociedades antigas, da relação entre homem e natureza:

---

<sup>4</sup> O *Realismo Crítico* é uma corrente da filosofia da ciência que tem como um de seus principais expoentes o filósofo britânico Roy Bhaskar. Os termos que serão utilizados em seguida estão presentes em Bhaskar (1998).

Aqueles organismos de produção da sociedade antiga [...] têm, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, seja entre os homens ou entre estes e a natureza. Essa inibição real se reflete, de maneira idealizada, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representam, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza. (MARX, 2003, Livro I, Tomo I, p. 101)

Na passagem anterior é possível observar que o véu religioso que envolve a natureza naquele momento não é derivação direta de uma forma de manifestação *objetiva* (uma aparência) que não revela de imediato a sua essência. Entra também um aspecto *subjetivo*, que diz respeito à forma como os homens dão inteligibilidade a potências desconhecidas. É por isso que ele diz que “[e]ssa inibição real se reflete, de maneira *idealizada*, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais” (ibid., *itálicos adicionados*). No caso do qual estamos tratando, o baixo desenvolvimento das forças produtivas, que implicava um baixo grau de domínio sobre a natureza, tanto no sentido de domínio efetivo quanto no sentido do conhecimento de suas estruturas fundamentais, fazia com que a natureza se apresentasse como potência externa e dominadora dos seres humanos, que só podiam entendê-la a partir de uma visão antropomorfizadora do mundo. A natureza, de *objetivamente misteriosa*, se tornava, a partir do processo de compreensão dos seres humanos (processo *subjetivo*), em algo *místico*, já que uma explicação coerente daqueles fenômenos só poderia ser dada por meio de uma divindade transcendente.

Mas por esse exemplo também é possível observar que o conhecimento mistificado tem uma base objetiva, porque (i) tem como fundamento um caráter misterioso daquele objeto que busca entender e porque (ii) esse objeto pode, também, induzir os homens a entendê-lo de um modo particular. No caso específico, uma visão antropomorfizadora acerca desse objeto misterioso e, ao mesmo tempo, dominador, torna essa visão de natureza (entidade comandada por sujeitos transcendentais) a concepção mais adequada e convincente para suas manifestações. Em outras palavras, uma específica inserção do homem na natureza, na qual há um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, faz com que as formas de manifestação da natureza sejam integradas num sistema de crenças específico.

Todavia, nos voltando para a sociedade, é possível observar que a realidade possui diversas formas de manifestação. Assim, a questão que fica é: por que uma determinada apropriação da aparência ganha ampla aceitação? Em outras palavras, e nos valendo de casos concretos, por que a mais-valia é tomada por suas formas aparentais imediatas, como o lucro e juro, e não como o que realmente é, trabalho não pago?

Para responder a essa questão, o caráter da mediação tem um papel importante, pois o que se apresenta ao indivíduo é o imediato, que enquanto tal pode ser tomado não como mediação de uma essência, mas como a própria essência mediada. Mas ainda assim permanece um problema: por que determinadas formas imediatas são apropriadas pelos indivíduos, ao passo que outras, que igualmente se manifestam e são apreendidas pelos indivíduos, não são? O valor de uso, por exemplo, também se manifesta de imediato, como bem demonstra Marx no capítulo 1 do Livro I de *O Capital*<sup>5</sup>, mas não é levado em maior consideração quando se trata da inserção do indivíduo no processo de produção<sup>6</sup> (seja ele pertencente à classe trabalhadora, à classe capitalista ou à classe proprietária de terras). Não que a categoria valor de uso seja desprovida de importância, mas não é a categoria buscada pelos indivíduos de maneira imediata no processo de produção, apenas de forma mediada, na esfera do consumo que inclui também, é claro, o consumo produtivo de meios de produção e força de trabalho<sup>7</sup>. E no processo de produção, apesar de o valor de uso se apresentar como etapa do processo, ele não é a finalidade, mas mediação da obtenção do valor. O valor, que quando se trata do consumo individual (improdutivo), é mediação para a obtenção do valor de uso, no processo de produção torna-se finalidade última do processo, sendo o valor de uso o mediador. Em suma, dentro da esfera da produção a finalidade última é o valor.

Os indivíduos dentro do processo de produção pensam em termos de valor (como, por exemplo, lucro, salário, juro etc.), e não em termos de valores de uso, pois é o valor o sinalizador do resultado da sua inserção no processo de produção. Ao capitalista em função não interessa exatamente o volume de valores de uso produzidos, mas o lucro que irá obter com a venda, pois é o lucro, e não o valor de uso, que garante a sua existência enquanto capitalista. Um lucro muito baixo sinaliza que a sua atividade não pode continuar por muito tempo sob as mesmas condições. Do mesmo modo, ao capitalista proprietário interessa não o volume de valores de uso produzidos com o seu capital, mas a parcela de valor da qual ele irá se apropriar. É o juro que determina a sua participação na riqueza produzida e, portanto, é o juro que dá o resultado da sua inserção social. Ao próprio trabalhador não interessa o volume de valores de uso produzidos, o valor de uso específico ou a sua qualidade. Interessa sim a parcela de valor da qual se apropria, sob a forma de salário, pois é ela que indica a sua participação no produto social.

---

<sup>5</sup> “A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor de uso e valor de troca. (MARX, 2003, Livro I, Tomo I, p. 63)” Inclusive o valor de uso já é descrito no segundo parágrafo da obra, logo depois de se ter identificado que a riqueza “onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 57)”

<sup>6</sup> “As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores de uso. Põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. Nela, um valor de uso vale tanto quanto outro, quando está presente na proporção adequada. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 59)”

<sup>7</sup> Para uma defesa da importância da categoria valor de uso em Marx, conferir Carcanholo (1998).

Em suma, a riqueza se apresenta no capitalismo como imensa acumulação de mercadorias. Mas as mercadorias, além de serem tomadas como valores pelos indivíduos em sua inserção no modo de produção, são também tomadas como a parcela específica do valor apropriado pelo indivíduo e, portanto, são tomadas como *rendimento*. O rendimento é uma das formas de manifestação da riqueza e, por isso, tem realidade *objetiva*. Nesse sentido, o da existência, o rendimento é *verdadeiro*. Mas é base para o *falseamento* da realidade na medida em que, a partir disso, a riqueza produzida é identificada imediatamente com o rendimento. O caráter *subjetivo* se apresenta quando o indivíduo toma essa forma de manifestação específica, essa *aparência*, como a própria riqueza produzida, a sua *essência*. É essa identificação indevida entre aparência e essência que Marx chama de *mistificação*.

A mistificação tem como base, portanto, *dois elementos objetivos*: (i) o caráter *aparencial* e, nesse sentido, *imediatos* dos elementos apropriados pela consciência; e (ii) o fato de que determinadas formas de manifestação, determinadas *aparências*, são mais importantes como guia das ações dos indivíduos do que outras. Mas essa é só a sua *base real objetiva*. Para se constituir como mistificação enquanto tal é necessário um *terceiro ponto*: a transformação, pela consciência dos indivíduos, desse estado de coisas objetivo. A mistificação mesma consiste em tomar uma determinada forma de aparência, mesmo que parcial, como a própria *essência*. E a explicação de porque o indivíduo toma a aparência como sendo a essência é que é essa aparência específica que serve de indicador do sucesso ou não da sua prática. Sendo a finalidade no processo produtivo o valor, sob qualquer forma de rendimento, será o valor que guiará os indivíduos, sendo desconsiderados os outros elementos da aparência.

Quando um indivíduo recebe um juro por um volume de riqueza que é emprestado sob a forma de capital, o elemento objetivo é que ele recebe um juro por ter emprestado o capital. Esse elemento é *aparencial* e, nesse sentido, *objetivo*. Provavelmente ninguém questionaria isso. Portanto, é um elemento não só *objetivo*, mas também *indiscutível*. Por conseguinte, apropriar-se dessa aparência e expressá-la nesses termos não é nada mais do que dar a expressão correta, pelo discurso, de algo realmente existente. Mas não passa de *criação da mente* afirmar, a partir desse elemento concreto, que o capital é produtivo pelo fato de a sua propriedade permitir a apropriação do juro. *Essa afirmação não é a expressão de algo que está dado pela realidade imediata. Ela é uma conclusão tirada da observação e da ação dos indivíduos no real.*

Antes da investigação teórica não é possível rechaçar a afirmação de que o capital produz juros. Mas, de antemão, é *equivocado* dizer que o capital, dado que permite uma apropriação de juros, é produtor de juros. Uma coisa não leva *necessariamente* à outra. A relação entre apropriação e



produção, para ser corretamente estabelecida, requer elementos que não estão elencados na situação enunciada.

Em suma, *a mistificação da realidade tem como base a confusão entre essência e aparência*. Refraseando, *a mistificação é uma forma de entendimento hipostasiada* (isto é, indevidamente generalizada) *a respeito de um mundo objetivamente misterioso*. É uma aparência específica sendo hipostasiada como sendo a própria essência.

Assim, é no campo da mistificação que faz sentido falar de *verdade e falsidade*, e não no campo da essência e aparência. Aparência é *manifestação*, e enquanto tal não possui nenhum compromisso com a expressão da essência do objeto. O que é falso é a identificação imediata da aparência do objeto com a sua essência. Em outras palavras, a falsidade se dá a partir da *apreensão* da aparência e pela sua *significação* pelos indivíduos. A aparência não é falsa em si, apesar de ser a base objetiva para o falseamento.

Verdade e falsidade estão no *campo da teoria do conhecimento*, e não no *campo da teoria sobre o ser* (ontologia)<sup>8</sup>. E é nesse sentido, o do falso entendimento do mundo que tem como base determinadas formas fenomênicas, que deve ser entendida a mistificação.

Feitos esses apontamentos a respeito do que Marx chama de mistificação, na seção a seguir o objetivo será identificar a relação entre fetichismo e mistificação na sociedade capitalista para, então, apontar como essa relação perpassa toda a análise realizada nos três livros de *O Capital*.

### **3. O fetichismo da mercadoria**

No final do Livro III de *O Capital*, onde Marx começa a discussão a respeito da mistificação do modo de produção capitalista em específico, o autor aponta que os motivos da mistificação do modo de produção capitalista se encontram explicados logo no início de *O Capital*, na discussão a respeito da mercadoria:

Ao examinar as categorias mais simples do modo de produção capitalista e mesmo da produção de mercadorias, ao examinar a mercadoria e o dinheiro, já demonstramos o caráter *mistificador* que transforma as relações sociais, a que os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, em propriedades dessas próprias coisas (mercadorias) e, de modo ainda mais explícito, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 277-278, *itálicos adicionados*)

No capítulo 1 de *O Capital*, Marx trabalha exaustivamente a contradição entre valor e valor de uso e chega àquilo que chama de *fetichismo da mercadoria*. Sobre esse processo, pretende-se agora

---

<sup>8</sup> Apesar de no caso das estruturas sociais um determinado conhecimento possuir efetividade sobre o ser, conhecimento e ser permanecem sendo esferas distintas.

retomar alguns dos seus principais pontos para, adiante, dar uma explicação de por que a mistificação do modo de produção capitalista tem como fundamento essa contradição básica da mercadoria.

Como sinalizado nos primeiros capítulos de *O Capital*, a generalização do processo de troca manifesta uma contradição entre o caráter particular do valor de uso da mercadoria e a necessidade de sua comparação com as demais mercadorias no processo de troca. E, apesar de o valor entrar em contradição com a particularidade dos valores de uso, essa particularidade não pode ser eliminada visto que é pressuposto da troca. Afinal, “valores de uso idênticos não se trocam. (MARX, 2003, Livro I, Tomo I, p. 64)” É por isso que em uma sociedade mercantil a contradição entre valor e valor de uso é ineliminável.

Essa contradição, com o avanço da economia mercantil, leva ao desenvolvimento da forma do valor. Isso porque à medida que o volume de trocas vai aumentando e adquirindo maior importância na sociedade, o caráter particular do valor de uso se coloca como um empecilho cada vez maior à troca, isto é, se contrapõe com mais violência ao valor, exigindo que esse último possua uma expressão cada vez mais separada dos valores de uso. É a contradição entre valor e valor de uso que fez com que a *forma simples do valor*, na qual uma mercadoria específica possui uma permutabilidade direta apenas com uma outra mercadoria específica, se tornasse insuficiente quando as trocas adquiriram maior importância. Todavia, como lembra Marx, “o problema surge simultaneamente com os meios de sua solução” (2003, Livro I, Tomo I, p. 113). A *forma total ou extensiva do valor* supera essa dificuldade na medida em que o valor da mercadoria passa a ser representado numa série de outras mercadorias, o que implica que perde importância o valor de uso específico no qual se manifesta. Mas, de acordo com o autor, a continuidade do desenvolvimento do caráter mercantil da sociedade torna insuficiente também essa forma, pois, “[p]rimeiro, a expressão do valor fica incompleta, por nunca terminar a série que a representa. [...] Segundo, é um mosaico multifacetado de expressões de valor díspares, desconexas. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 86)” A insuficiência dessa forma exige, quando o mercado se desenvolve, que uma única mercadoria sirva de referência para o valor de todas as outras, caracterizando a *forma geral do valor*. Essa é, segundo Marx, “a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores de troca. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 88)”

A forma geral do valor tem uma diferença qualitativa importante com relação às duas formas antecedentes:

As duas formas anteriores expressam o valor de cada mercadoria isolada, seja numa única mercadoria de espécie diversa, seja numa série de mercadorias diferentes. Em ambos os casos, assumir uma forma de valor é, por assim dizer, negócio privado de cada mercadoria, onde não há participação das outras [...]. A

*forma geral do valor, ao contrário, surge como obra comum do mundo das mercadorias. [...] Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a “existência social” delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 88, itálicos adicionados)*

O valor, ao mesmo tempo em que se separa dos valores de uso particulares, passando a se expressar em uma mercadoria específica, se alça ao patamar de articulador dos diferentes produtos do trabalho, ao papel de fundador de uma forma de sociabilidade fundada na relação entre as mercadorias. A forma do valor deixa de estar restrita a cada troca específica e passa se colocar como o elemento articulador das trocas. De elemento subordinado a outros tipos de relações sociais, passa a elemento ativo e criador de relações.

A *forma dinheiro do valor*, que sucede a forma geral, só se diferencia da anterior pelo fato de o ouro passar a ser a mercadoria que assume o papel de equivalente geral. Na passagem seguinte, Marx resume o processo, gerado pela contradição entre valor e valor de uso, de desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro:

O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição, latente na natureza das mercadorias, entre valor de uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro. (ibid., Livro I, Tomo I, pp. 111-112)

Nessa forma, a contradição entre valor e valor de uso, apesar de não se resolver, cria o meio pelo qual pode se mover (ibid., p. 131): o dinheiro, sendo a mercadoria que tem como seu valor de uso específico<sup>9</sup> a função de servir de equivalente geral da riqueza, dá uma forma autônoma ao valor e, portanto, o liberta das restrições colocadas pelo caráter particular dos valores de uso.

Tendo em vista a forma mais evoluída do valor, a forma dinheiro, é possível observar dois resultados atingidos nesse processo de desenvolvimento: primeiro, o valor ganha expressão autônoma em relação ao valor de uso; e, segundo, o valor passa a ser o articulador das relações sociais de produção. Analisemos melhor esse segundo ponto, pois é ele que serve de base para aquilo que Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*.

A mercadoria, simples produto do trabalho, possui o caráter misterioso de se relacionar por si mesma com as demais mercadorias:

[...] logo que [uma mesa, por exemplo,] se revela mercadoria, transforma-se ao mesmo tempo em algo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no

---

<sup>9</sup> Em outras palavras, o seu valor de uso *formal*: “É duplo o valor de uso da mercadoria dinheiro. Além de possuir o valor de uso inerente a sua qualidade de mercadoria – o ouro, por exemplo, serve para obturar dentes, de matéria-prima para artigos de luxo etc. –, adquire um valor de uso formal que decorre de sua função social específica. (ibid., p. 114)”

chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as ideias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, *os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, [...]*. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] *Chamo a isso de fetichismo*, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (ibid., Livro I, Tomo I, pp. 93-94, *itálicos adicionados*)

Nessa passagem fica clara a relação entre o fetichismo e a forma dinheiro do valor, na qual as mercadorias se relacionam entre si e o valor passa a ter um papel de criador de relações. Desse modo, o fetichismo, em última instância, é resultado da contradição entre valor e valor de uso: é essa contradição que leva ao desenvolvimento da forma do valor até o nível em que ele se expressa numa forma autônoma em relação ao valor de uso e passa a articular as relações entre as mercadorias.

Destacada essa relação entre o fetichismo e a contradição entre valor e valor de uso, é necessário agora destacar um elemento presente na análise de Marx, que é o da relação entre o aspecto objetivo e subjetivo do processo. O fetichismo da mercadoria possui pelo menos três características essenciais: é o processo por meio do qual a riqueza, que é por essência social e se produz numa forma específica de organização social, (i) se expressa nas coisas; (ii) se apresenta de imediato como se fosse propriedade das próprias coisas, o que combinado com (i) leva à *reificação* das relações sociais; e (iii) gera um movimento das trocas que é organizado pelo próprio valor e não por indivíduos conscientes dessa relação. Em suma, *o fetichismo é uma relação social reificada que assume caráter ativo*.

Mas, apesar de a riqueza ser expressa nas coisas, o que confere o seu caráter *objetivo*, e se apresentar como propriedade das coisas, o que confere o seu efeito *subjetivo*, é necessário fazer algumas considerações a respeito da relação social em si e de sua forma de manifestação. Buscando as causas do caráter misterioso da mercadoria, isto é, a base real desse caráter misterioso, Marx afirma que a própria relação real é uma relação entre coisas, sendo a sua apreensão subjetiva uma apreensão das relações tais como se processam. Nas palavras do autor,

[...] os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, *as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações*

*sociais entre coisas*, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 95)

Marx afirma isso (que essas relações aparecem tais como são) apesar de as relações sociais serem, em última instância, relações entre indivíduos, o que deixou claro na passagem anterior: “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, *assume a forma* fantasmagórica de uma relação entre coisas. (ibid., Livro I, Tomo I, p. 94, *itálicos adicionados*)” Isso ocorre porque essas relações só assumem o caráter de relações sociais porque *mediadas* pelas coisas, porque as mercadorias, ao se colocarem frente a frente no mercado, articulam por si mesmas as trocas e os produtores.

Norman Geras, a respeito desse trecho de Marx, afirma:

Isto não quer dizer que as relações entre as pessoas tomam a aparência ilusória de uma relação entre coisas, e sim que onde prevalece a produção de mercadorias, as relações entre pessoas realmente tomam a *forma* de relações entre coisas. [...] Para o capitalista, o trabalhador existe apenas como força-trabalho; para o trabalhador, o capitalista é apenas capital. Para o consumidor, o produtor significa mercadorias, e para o produtor, o consumidor é dinheiro. [...] Entretanto, é preciso lembrar que os objetos, isto é, as mercadorias, cujas relações de valor entre si têm a forma das relações sociais do capitalismo, são objetos sociais não objetos naturais. (1982, p. 270, *itálicos adicionados*)

Aqui o autor salienta o fato de que apesar de a relação entre coisas ser apenas a forma das relações sociais, a sua importância não é reduzida. Trabalhadores, capitalistas e consumidores são reduzidos à categoria social que personificam porque é ela que realiza a integração entre os indivíduos. É ela que dá a indicação do resultado bem ou mal sucedido das práticas (a contratação de trabalho pelos capitalistas, a obtenção de emprego pelos trabalhadores, a obtenção de mercadorias pelos trabalhadores), e é ela que faz a mediação social. Sendo, portanto, guia do agir dos indivíduos, essas relações sociais objetivas transformadas em objeto têm importância na constituição da própria realidade, já que o agir finalístico possui um papel ativo na reprodução das estruturas sociais.

E é essa a forma social na qual essas relações se realizam porque a sociabilidade baseada no mercado não é fundada de modo consciente: é o desenvolvimento das trocas e, portanto, da dimensão do valor, que articula cada vez mais os produtores individuais e os coloca, por meio de uma crescente divisão do trabalho, em uma relação de interdependência cada vez maior, fundando uma forma nova de sociabilidade. Essa é a base real do caráter misterioso da mercadoria, isto é, o fundamento *objetivo* do fetichismo.

Explicitado que a contradição entre valor e valor de uso leva ao fetichismo da mercadoria, isto é, a uma reificação das relações sociais que passam, por conseguinte, a se desenvolver independentemente da vontade dos indivíduos, pode-se então passar para a análise do fenômeno da mistificação do modo de produção capitalista. Como defenderemos na próxima seção, a

mistificação dos aspectos básicos da essência do modo de produção capitalista tem como base esse automovimento de relações sociais reificadas, característico do fetichismo, que dominando a mercadoria domina a produção de riqueza como um todo.

### 3.1. Fetichismo e mistificação na sociedade capitalista

O problema da mistificação é tratado de forma explícita principalmente no Livro III de *O Capital*, particularmente na seção *Os Rendimentos e Suas Fontes*, e é empregada para nomear o processo por meio do qual a riqueza se apresenta aos indivíduos sob uma forma dissimulada. A mais-valia, por exemplo, produto do trabalho humano, se apresenta sob a forma dissimulada lucro, na qual o vínculo imediato não é o trabalho, mas sim o capital. Já o valor da força de trabalho, que indica a parcela do produto do trabalho que deve ser utilizada para reproduzir a própria força de trabalho, se apresenta sob a forma dissimulada de salário, remuneração pelo trabalho que foi fornecido.

No capítulo 48 do Livro III de *O Capital*, primeiro capítulo da seção *Os Rendimentos e Suas Fontes*, encontra-se um pequeno trecho que serve de resumo do trajeto percorrido por Marx para desvelar a mistificação na qual estão envoltas as categorias econômicas. No começo desse trecho, Marx aponta a conexão entre *reificação* e *mistificação* e, num segundo passo, aponta a relação que faz com que haja uma progressiva mistificação da realidade. Nas palavras do autor:

Ao examinar as categorias mais simples do modo de produção capitalista e mesmo da produção de mercadorias, ao examinar a mercadoria e o dinheiro, já demonstramos o caráter *mistificador* que transforma as relações sociais, a que os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, em propriedades dessas próprias coisas (mercadorias) e, de modo ainda mais explícito, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 277-278, *itálicos adicionados*)

Nesse trecho, Marx faz uma conexão clara entre o processo de mistificação, que trabalha mais detidamente na seção *Os Rendimentos e Suas Fontes*, e o fetichismo da mercadoria, que emerge da contradição entre valor e valor de uso. Como já apontamos, a contradição entre valor e valor de uso gera uma expressão autônoma do valor, o dinheiro, o que ocorre num nível de desenvolvimento das relações mercantis em que o valor se alça à categoria de articulador das trocas e fundador de novos tipos de relação. Assim, emerge um caráter *reificado* das relações, isto é, as relações sociais passam a ser mediadas pelas coisas e, por isso, aparecem imediatamente como propriedades das coisas. É essa forma de manifestação, gerada pela contradição entre valor e valor de uso, que serve de base ao processo de mistificação delineado em *O Capital*.

O caráter reificador e automovente do fetichismo é a base do processo de mistificação, analisado ao longo dos três livros de *O Capital*. Logo abaixo Marx sinaliza o desenrolar do processo de desvelamento da mistificação do real desde o início do Livro I:

Considerando-se inicialmente o capital no processo de produção imediato – como sugadouro de mais-trabalho, então essa relação é ainda muito simples e o nexos interno real se impõe aos portadores desse processo, aos próprios capitalistas e está em sua consciência. A violenta luta em torno dos limites da jornada de trabalho demonstra isso de modo contundente. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Mas, ainda na esfera da produção (Livro I), há mecanismos que obscurecem esse processo de fundo:

Mas mesmo dentro dessa esfera não mediada, na esfera desse processo imediato entre trabalho e capital, isso não fica tão simples. Com o desenvolvimento da mais-valia relativa no autêntico modo de produção especificamente capitalista, com que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, essas forças produtivas e as conexões sociais do trabalho parecem no processo imediato de trabalho como deslocadas do trabalho para o capital. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Aqui ele aponta o processo decorrente da busca de *mais-valia extra*: os vários capitalistas, buscando um maior lucro, tendem a buscar um aumento de produtividade para produzir a um custo inferior ao dos concorrentes. No entanto, como todos os capitalistas são compelidos a esse processo por causa da concorrência, sucede uma queda dos custos de todos os produtores quando essa nova técnica de redução de custos se dissemina, o que reduz o valor unitário das mercadorias e acaba com a mais-valia extra. Mas o processo de busca de mais-valia extra, atuando também sobre o setor que produz os meios de subsistência dos trabalhadores, faz cair o valor da força de trabalho, tornando possível aumentar a parcela destinada à mais-valia. Desse modo, ao processo consciente de busca de mais-valia extra está associado um processo inconsciente de obtenção de *mais-valia relativa*, o que é a *base real* da mistificação dessa última.

Em última instância, contudo, é o caráter reificado das relações de produção que serve de base para o processo de mistificação: o fetichismo é, com o seu caráter automovente de relações sociais reificadas, a base do valor que se valoriza, o capital, que por sua vez é o articulador do processo de produção. Como esse último subordina as forças produtivas e domina o processo de produção, faz os ganhos de produtividade aparecerem de imediato como consequência dele. Em suma, o incremento das forças produtivas do trabalho aparece como sendo resultado do incremento da força produtiva de uma coisa, o *capital*.

Mas, além do processo de produção imediato, entra em cena o processo de circulação, objeto do Livro II, que implica novas determinações reificantes no processo. Isso fica claro quando Marx, no Livro III, busca inserir o tema do Livro II no contexto geral da sua análise:

Intervém então o processo de circulação, que, em suas mudanças de matéria e de forma, recai no mesmo grau sobre todas as partes do capital, mesmo do capital agrícola, em que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista. Esta é uma esfera em que *as relações da produção original de valor passam para o segundo plano*. [...] E tanto a restituição dos valores adiantados na produção quanto especialmente a mais-valia contida nas mercadorias parecem não apenas se realizar na circulação, mas se originar dela, *ilusão* consolidada especialmente por duas circunstâncias: primeiro, o lucro na venda, que depende de trapaça, astúcia, experiência, habilidade e mil conjunturas de mercado; há, porém, a circunstância de que aqui, ao lado do *tempo de trabalho*, entra um segundo elemento determinante: *o tempo de circulação*. É bem verdade que este só atua como obstáculo negativo na formação de valor e de mais-valia, mas tem a *aparência* de ser uma causa tão positiva quanto o próprio trabalho e de trazer uma determinação proveniente da natureza do capital e independente do trabalho. (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 278, *itálicos adicionados*)

Aqui a base real da mistificação é que, sendo a circulação um pressuposto da realização da produção, essa esfera acaba por exercer determinações sobre a apropriação de mais-valia, fazendo com que parte da riqueza se apresente como sendo proveniente da própria circulação. Em outras palavras, é a dominação da circulação por uma coisa, o capital, que faz com que essa esfera se apresente como autônoma em relação à produção de riqueza.

No Livro III de *O Capital* Marx busca analisar o processo global da produção capitalista, entendido como unidade entre processo de produção e circulação (temas dos Livros I e II, respectivamente). Essa unidade já é demonstrada na Seção III do Livro II, onde se aponta a possibilidade de abandonar os níveis de abstração adotados no estudo separado de produção e circulação. Feito isso, o que se impõe como tarefa no Livro III é o retorno progressivo ao mundo dos fenômenos, dando inteligibilidade às várias formas de manifestação do processo de produção. Segundo Marx, o objetivo é

encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (MARX, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 23)

Podemos dizer que, por essas características, o Livro III é onde o tratamento do processo de mistificação do modo de produção capitalista aparece de forma mais clara. A Seção I trata do processo por meio do qual a mais-valia se apresenta sob a forma de lucro. A Seção II, do processo no qual o lucro se transforma em lucro médio e, desse modo, do processo por meio do qual o lucro de determinado capital aparece como uma riqueza atribuída não ao mais-trabalho que consegue extorquir, mas ao próprio tamanho desse capital. A Seção IV trata do processo de autonomização das formas funcionais do capital, que apaga os nexos de determinadas formas do capital com a



produção. A Seção V, do processo por meio do qual o capital vira mercadoria e aparece a forma juro, forma mistificada da mais-valia. E, por fim, a Seção VII, onde se busca desvelar a mistificação envolvida nas formas de aparecer da riqueza produzida (salário, renda e juro). Fazemos um detalhamento maior da Seção VII do Livro III, já que ela é o local da obra onde o processo de mistificação é tratado de modo mais aprofundado, além de ser o fecho lógico de *O Capital*.

Os procedimentos de abstração adotados nos Livros I e II deram a base para a compreensão da totalidade do processo, possibilitando a análise das categorias aparentiais realizada no Livro III. Esses fenômenos parciais não possibilitam ver qual a origem da riqueza no modo de produção capitalista, que aparece sob a forma de salário, renda da terra, juro, ganho empresarial. Dados os vários processos sociais de mediação entre a produção e a apropriação da riqueza, trabalhados ao longo de *O Capital* e retomados neste trabalho em seus momentos básicos, a origem mesma da riqueza fica dissimulada, ficando visível somente a base para a sua apropriação. Assim, o salário, que é apropriado por meio do trabalho, é visto como tendo origem no trabalho e sendo o seu justo pagamento; a renda, que é apropriada por meio da propriedade privada da terra, é vista como tendo origem nas capacidades naturais da própria natureza; o juro, que é apropriado pelo capital propriedade, é visto como sendo fruto do próprio capital.

Assim, o fecho lógico de *O Capital* é desfazer a aparência de a riqueza ter como origem capital, terra e trabalho, que são na realidade os meios pelos quais a riqueza é apropriada. O objetivo de Marx é demonstrar que *produção* e *apropriação* são momentos distintos: entre a produção e a apropriação há vários processos sociais de mediação, descritos ao longo de *O Capital*, que fazem com que a apropriação seja o momento imediatamente visível e a produção o momento mediado e oculto na imediatez. E como capital, terra e trabalho são os meios pelos quais a riqueza é apropriada, eles são tomados pelos indivíduos como a própria fonte da riqueza: sendo o valor a finalidade dos indivíduos dentro do processo de produção, produção e apropriação se confundem.

Logo no primeiro capítulo da Seção VII (capítulo XLVIII, *A Fórmula Trinitária*), Marx mostra o absurdo da trindade capital/juros, terra/renda e trabalho/salário. O seu primeiro passo é mostrar que uma riqueza que se apresenta como mercadoria, e como tal deve ter uma substância comum que possibilite a troca, não pode provir de fontes que não possuem nada em comum umas com as outras. Ele trata de cada uma dessas fontes em separado, começando pelo capital:

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. [...] Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à

primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (Marx, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 269-270)

Em todo o desenvolvimento anterior em *O Capital*, Marx demonstrou que o capital é uma relação social específica, que dá determinada forma aos meios de produção e ao trabalho (que no modo de produção capitalista se apresenta como capital variável), fazendo com que os meios de produção sejam vistos como capital independentemente da relação social à qual estão submetidos. Sendo os meios de produção, sob a forma de capital, um elemento necessário ao processo produtivo, eles aparecem para os trabalhadores como fonte de rendimento sob a forma de salário, e para os capitalistas em função como fonte de rendimento sob a forma de lucros, fazendo com que parte da riqueza produzida seja apreendida como sendo fruto de sua própria constituição como capital.

Em seguida, Marx trata da terra:

E, agora, ao lado disso, a terra, a natureza inorgânica enquanto tal, *rudis indigestaque moles*, em todo o seu primitivismo selvático. Valor é trabalho. Mais-valia não pode ser, por isso, terra. Absoluta fertilidade do solo faz apenas com que certo quantum de trabalho dê certo produto, dependendo da fertilidade natural do solo. A diferença na fertilidade do solo faz com que as mesmas quantidades de trabalho e capital, portanto o mesmo valor, se expressem em diferentes quantidades de produtos agrícolas e que, portanto, esses produtos tenham diferentes valores individuais. A equalização desses valores individuais até serem valores de mercado faz com que as vantagens do solo fértil sobre o inferior [...] sejam transferidas do lavrador ou do consumidor para o proprietário de terras. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

A terra, que está presente em qualquer sociedade, no modo de produção capitalista é apreendida como tendo a capacidade de criar não só valores de uso, mas também valor. Estando apagada a origem da riqueza, a terra, por ser fonte de rendimento, é entendida como sendo a própria produtora desse rendimento: ela é um elemento necessário no processo de produção e seus diferenciais de fertilidade proporcionam um diferencial de renda a apropriar. A terra é vista, pelo seu proprietário, como fonte de renda. Assim, um elemento natural, pertencente a qualquer forma de produção em qualquer tempo e lugar, aparece como produtor de valor, forma específica de riqueza. De suas características naturais parece emanar riqueza sob a forma mercantil.

Por último, o trabalho:

E, por fim como terceiro elemento nessa união, um mero fantasma: “o” trabalho, que não é nada mais que uma abstração e, considerado em si, nem sequer existe ou, se consideramos o que se pretende dizer, a atividade produtiva do ser humano genericamente, mediante a qual ele intermedeia o metabolismo com a natureza, despojada não só de toda forma social e de toda determinação social do caráter, mas mesmo em sua mera existência natural, independente da sociedade, desligada de todas as sociedades e como exteriorização e afirmação da vida comuns ao homem, que ainda não é, no entanto, social e ao homem socialmente determinado de algum modo. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

Desse modo, o trabalho aparece completamente abstrato, como algo para além da sociedade: o trabalho é visto como rendimento, como salário para os trabalhadores e força de trabalho para os capitalistas, em suma, atividade que cria valor para além de qualquer forma social de produção. Ele não é trabalho sob condições específicas, é “o” trabalho, forma indiferenciada que não possibilita compreender nem o modo de produção capitalista nem as formas anteriores de reprodução social.

Assim, três coisas completamente distintas aparecem produzindo a mesma substância: valor. O valor advém da terra (natureza), do trabalho (atividade humana) e do capital (relação social encarnada em meios de produção). O fato de serem meios de apropriação faz com que, imediatamente, sejam identificadas como a própria fonte do valor. A respeito da ilusão de que o valor se origina de seus próprios componentes, comenta Marx:

[...] os diferentes componentes do valor da mercadoria obtêm formas autônomas nos rendimentos e como tais são referidos não ao valor da mercadoria como sua fonte, mas aos elementos materiais particulares de produção como suas fontes. Estão realmente relacionados com eles, mas não como componentes do valor, mas como rendimentos, como esses componentes de valor que recaem nessas categorias determinadas de agentes da produção: o trabalhador, o capitalista, o proprietário da terra. (ibid, Livro III, tomo II, p. 290)

Em suma, relações sociais capitalistas geram mecanismos de mediação entre produção e apropriação, fazendo desaparecer o trabalho como fonte da riqueza e deixando aparente apenas o meio pelo qual a riqueza é apropriada. Por esse processo, a riqueza é *reificada*, aparece como advinda das próprias coisas. A riqueza, em síntese, tem sua origem *mistificada*.

Esboçado esse quadro a respeito da mistificação do modo de produção capitalista, coloca-se um problema para a análise dessa sociedade: dado que a mistificação possui uma base objetiva, esse fenômeno ofusca os nexos profundos da essência dessa sociedade para todos os indivíduos que nela vivem, inclusive para quem busca analisá-la. Portanto, sendo a mistificação um dado da realidade, meios de sua superação devem ser levados em conta no método de análise. Na próxima e última seção deste texto, o objetivo é fazer algumas considerações a respeito de como Marx busca superar esse problema.

#### **4. O caráter da crítica em Marx**

Marx, em sua crítica da economia política, não se limita a dizer que as ideias divulgadas pela concepção sob crítica são parciais, falsas ou superficiais. Ele dá esse passo mas vai além, e sempre busca explicar porque os economistas explicam o mundo daquela maneira. Isso já se apresenta no capítulo 1 do Livro I de *O Capital*, onde Marx faz o seguinte comentário a respeito dos mercantilistas:

Nossa análise provou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca. Essa é, entretanto, a ilusão [...] dos mercantilistas [...]. (MARX, 1996, Livro I, Tomo I, p. 188)

Os mercantilistas, diz Marx, confundem riqueza com o dinheiro, que é a expressão da riqueza. Mas esse erro possui uma *base real*: a riqueza, de imediato, aparece como dinheiro. E numa forma de produção em que a fonte da riqueza não se manifesta de imediato a não ser pelo dinheiro, esse último aparece *necessariamente* como a riqueza em si e socialmente funciona como tal. Portanto, na análise dessa falsa ideia é explicada não só a base real de sua emergência mas também os motivos pelos quais essa concepção, mesmo falsa, torna-se socialmente dominante.

Só para citar mais um exemplo, transcrevemos abaixo uma passagem na qual Marx fala das limitações no entendimento da categoria valor por Aristóteles:

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. (ibid, Livro I, Tomo I, p. 187)

Nesse caso, não há nem mesmo uma base real que permita a emergência de uma concepção coerente acerca do valor. O processo real permite apenas a emergência da necessidade em se compreender o processo, mas não a satisfação dessa necessidade.

Esse procedimento é largamente utilizado por Marx ao longo de *O Capital*, obra da qual poderíamos retirar vários outros exemplos. Mas, mais importante do que catalogar essas diversas passagens é buscar explicitar esse método de crítica utilizado por Marx. Roy Bhaskar (1979, p. 81) oferece uma interessante explicitação do método de crítica que as concepções científicas com maior capacidade explanatória normalmente realizam, procedimento que o próprio Marx teria realizado em *O Capital*. Ele chama esse método de *crítica explanatória*, que consiste num tríptico procedimento crítico:

(i) *crítica de primeira-ordem da consciência*, ou *crítica lógico-gnosiológica*, que tem por objetivo analisar se determinado conjunto de crenças corresponde ou não à realidade, isto é, se é *objetivamente falso*;

(ii) *crítica de segunda-ordem da consciência*, ou *crítica ontológica*, que busca investigar as *razões de ser* daquela crença, isto é, busca investigar (i) qual a base real que possibilita a existência das falsas crenças sob análise e (ii) os motivos pelos quais elas emergem e ganham difusão social, tornando-se as ideias que guiam o agir individual; tendo aceitação social, essas crenças influenciam as práticas dos indivíduos no sentido de reproduzir ou transformar determinadas estruturas sociais e, por isso, *cumprem uma função, são úteis de alguma forma*, e emergem da necessidade de

reprodução ou transformação de tais estruturas (esse segundo passo da crítica é importante por não recusar determinadas ideias sob a afirmação de que são simplesmente falsas, mostrando que mesmo as falsas ideias possuem efetividade, são *objetivas* e *socialmente necessárias*)<sup>10</sup>;

(iii) sendo um determinado conjunto de crenças falso, existe uma necessária *valorização negativa dessas crenças*; e sendo socialmente necessário, existe uma necessária *valorização negativa das estruturas sociais que as necessitam*. Esse trânsito da valorização negativa das falsas crenças para a valorização negativa das estruturas reais que as necessitam se constitui no terceiro passo da crítica explanatória.

Quando Marx emprega o termo “crítica”, que aparece em *O Capital* inclusive como subtítulo, refere-se não somente à teorização da economia política e às ideias cotidianas dos indivíduos no processo de produção, mas às próprias estruturas sociais que geram essas ideias. Bhaskar sintetiza isso que ele chama de “tripla crítica”:

*O Capital* é subtulado “uma análise crítica da produção capitalista”. É simultaneamente uma crítica da economia política burguesa; uma crítica das concepções econômicas da vida cotidiana que, de acordo com Marx, a economia política burguesa meramente reflete ou racionaliza; e uma crítica do modo de produção que torna essas concepções necessárias para os agentes nele envolvidos. (BHASKAR, 1979, p. 95)

O procedimento de crítica tem como um de seus passos a crítica da própria realidade que gera essas falsas ideias, ou seja, a crítica do fundamento material da gênese das ideias. Assim, a crítica opera por um movimento que vai da ideia (o momento da crítica lógico-gnosiológica) até as causas últimas do surgimento daquela ideia (o momento da crítica ontológica, que engloba também a crítica lógico-gnosiológica), onde se chega à explanação da totalidade do processo. E essa explanação da totalidade é não apenas a explicação dos processos reais, mas da gênese das falsas ideias necessárias para que a totalidade se desenrole de tal maneira. Em outras palavras, o caráter *necessário* das falsas ideias advém da percepção da existência de uma relação biunívoca entre as ideias e as estruturas sociais que elas representam: as ideias só existem se existem as estruturas, mas o oposto também é verdadeiro. Refraseando, aquilo que Bhaskar chama de segundo passo da crítica explanatória se justifica porque as estruturas sociais, sendo reproduzidas pelo agir intencional dos indivíduos, necessita da difusão de ideias que lhes deem sustentação.

---

<sup>10</sup> Conforme Duayer: “Marx sempre considerou teoricamente o falso, o falso socialmente necessário. Em suas obras, formas de consciência científica, religiosa, artística, etc. que possuem validade social apesar de absurdas, lógica ou ontologicamente, jamais são descartadas após a inspeção crítica. Não são nem devem ser. *Pois a crítica não tem o poder de dissolver praticamente a concepção ou teoria criticada*. Se noções absurdas e incongruentes possuem validade social e, mais ainda, conservam essa validade a despeito de arrasadoras críticas lógico-gnosiológicas, segue-se que a sua validade social deve depender de outras circunstâncias. (DUAYER, 2001, p. 16, *itálicos adicionados*)” E são essas outras causas que devem ser investigadas pelo segundo passo da crítica explanatória.

A relação biunívoca entre as falsas ideias e as estruturas sociais que representam justifica não só o segundo passo da crítica explanatória, que busca investigar quais as bases reais e o caráter necessário das falsas ideias, mas também o terceiro passo, pois estruturas sociais que necessitam difundir falsas ideias para manter sua existência podem, sem nenhum critério adicional aos empregados no discurso científico, ser valoradas negativamente. É essa relação biunívoca entre falsas ideias e estruturas sociais que representam que justifica o trânsito que Marx realiza da teoria para a prática: vai da crítica da economia política e das concepções econômicas da vida cotidiana para a crítica das estruturas sociais que as necessitam<sup>11</sup>.

### **Considerações finais**

O que buscamos sustentar nesse artigo foi que o fundamento último da mistificação, processo descrito em maior detalhe na última seção do Livro III, está no começo do Livro I, na contradição entre valor e valor de uso. O fetichismo da mercadoria, decorrente dessa contradição, mistifica a realidade ao tornar relações sociais historicamente específicas em propriedades naturais das coisas.

Como “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 271)”, o que Marx faz é buscar qual o fundamento da não coincidência imediata entre essência e aparência no modo de produção capitalista para, então, esboçar o método ontologicamente adequado para explicar as categorias econômicas essenciais e as leis gerais de funcionamento do capitalismo. É por isso que, apesar de discutida de modo mais explícito basicamente nos primeiros capítulos de *O Capital*, a contradição entre valor e valor de uso na verdade perpassa a reflexão de toda a obra. Desse modo podemos dizer, numa frase, que *O Capital* tem por objetivo principal desvelar a mistificação na qual está envolto o modo de produção capitalista.

### **Referências bibliográficas**

BHASKAR, R. (1998) Societies. In: *Critical Realism: essential readings*. London and New York: Routledge, pp. 206-257.

CARCANHOLO, M. D. (1998) A importância da categoria valor de uso em Marx. *Pesquisa & Debate*, v.9, n. 2 (14), PUC-SP.

---

<sup>11</sup> “[...] o projeto de Marx é descobrir os mecanismos pelos quais a sociedade capitalista necessariamente aparece para seus agentes como algo diferente do que realmente é; isto é, os mecanismos de sua opacidade específica. E, na medida em que tenha sucesso nessa tarefa, mostrando que essas formas são falsas e necessárias, fica explicado o caráter de *O Capital* como uma crítica tripla (e seu direito ao seu subtítulo plenamente justificado). (BHASKAR, 1979, p. 95)”

- DUAYER, Mário. (2001) Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun.
- GERAS, N. (1982) Marx e a crítica da economia política. In: *Ideologia na ciência social – ensaios críticos sobre a teoria social*. São Paulo: Paz e Terra.
- LUKÁCS, G. (1979) *Ontologia do Ser Social – Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH.
- MARX, K. (2003) *O Capital*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1984b) *O Capital*. Livro III, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (1985) *O Capital*. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural.